

Clipping n° 849

, 11 Agosto 2011 - 13:53:52

ECONOMIA I O Sistema Firjan, a Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior) e o Sebrae realizam nesta quinta-feira (11), das 9h às 18h, o curso Como Negociar com a China para empresários, profissionais de áreas estratégicas e estudantes. O curso acontece na sede da FIRJAN, no Centro do Rio de Janeiro, e será ministrado por Ling Wang, que há nove anos presta serviços a empresas brasileiras que buscam fazer negócios com a China e Taiwan.

ECONOMIA II O objetivo é propiciar conhecimento, a compreensão das diferenças culturais e seus efeitos no processo de negociação e apresentar as oportunidades que podem existir para o Brasil. O curso será dividido em quatro módulos. O primeiro aborda fatos e dados; história recente da China, Taiwan, Hong Kong e Macau; economia; aspectos políticos. O segundo tratará das diferenças culturais e o efeito nos negócios; o terceiro terá a apresentação do ambiente de negócios / onde estão as oportunidades; e, por último, como fazer negócios com os chineses: passos e precauções. Fonte: Assessoria de Imprensa da Firjan

COMÉRCIO I A Associação Brasileira dos Importadores e Distribuidores de Produtos Automotivos (Abidipa) entende que a recente decisão do governo da Argentina de criar medidas como o dumping para barrar a entrada de produtos estrangeiros naquele país é ineficaz e não deve surtir efeito prático para a economia local. "O Brasil tentou a mesma medida há dois anos e meio e os resultados têm sido incipientes", avalia Rinaldo Siqueira Campos, presidente da Associação.

COMÉRCIO II Este ano, o governo da Argentina aumentou de 400 para 600 itens a lista de produtos que precisam de licenças prévias de importação. De acordo com Siqueira Campos, o ideal seria barrar a entrada de mercadorias subfaturadas e qualquer tipo de fraude nos processos de importação, a verdadeira razão dos problemas enfrentados, tanto pelo Brasil quanto pela Argentina. "Tem produto que sai da China, por exemplo, e entra no Brasil e é vendido no mercado brasileiro com preço inferior ao preço FOB da mercadoria e ainda é preciso calcular o custo da importação", considera. Fonte: Assessoria de Imprensa da Abidipa

Senado reduz INSS de microempresa e dona de casa para 5%

Medida provisória aprovada hoje permite a donas de casa aposentadoria por idade.

O plenário do Senado aprovou hoje a Medida Provisória 529, que reduziu a alíquota de contribuição do microempreendedor individual à Previdência Social de 11% para 5%. Transformada em projeto de lei de conversão, a proposta seguirá diretamente à sanção presidencial. A expectativa é que o aumento da formalização no mercado de trabalho acarrete aumento de arrecadação da Previdência Social, diminuindo o impacto da renúncia fiscal.

O alcance social da medida foi destacado pelo relator, senador Armando Monteiro Neto (PTB-PE), que apontou a redução como um "incentivo importante para a formalização da economia". A medida foi tão elogiada que até a oposição subiu à tribuna para elogiar o governo pela iniciativa. "Qualquer proposta que reduza o volume da atividade informal certamente é uma grande

contribuiu para o aperfeiçoamento da legislação, estimulando as atividades econômicas e ao desenvolvimento social e econômico do País", discursou o líder do PSDB, Álvaro Dias (PR).

A medida provisória também incluiu as donas de casa como beneficiárias do projeto, sendo que poderão aposentar por idade, mediante contribuição ao INSS da alíquota reduzida. Outra emenda aprovada pelos deputados estabelece como dependente do segurado o filho com deficiência intelectual ou mental, que seja considerado relativamente ou totalmente incapaz por declaração judicial. Por fim, uma emenda da Câmara permitiu o recebimento de pensão por morte aos dependentes com deficiência, prevendo, no entanto, redução de 30% caso exerçam alguma atividade remunerada. Fonte: Portal IG

Preços para famílias de baixa renda têm queda de 0,25% em julho

Rio de Janeiro - O Índice de Preços ao Consumidor Classe 1 (IPC-C1), que mede a inflação para as famílias com rendimentos mensais até 2,5 salários mínimos, teve queda de 0,25% em julho, menos intensa do que a registrada em maio (-0,31%). O índice é apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e, segundo nota divulgada hoje (11) pela instituição, acumula alta de 3,39% no ano e de 6,49% nos últimos 12 meses.

A variação do IPC-C1 de julho ficou abaixo da taxa de 0,04% do Índice de Preços ao Consumidor Brasil (IPC-BR), que mede a inflação para o conjunto de famílias com rendimentos até 40 salários mínimos, no mesmo período.

De acordo com a FGV, o aumento na taxa do IPC-C1 foi influenciado pelos acréscimos em duas das sete classes de despesa que o compõem: alimentação (de -1,20% para -0,92%), principalmente frutas (de -8,11% para -2,03%), e despesas diversas (de 0,11% para 0,20%), especialmente alimento para animais domésticos (de 1,10% para 2,06%).

Houve diminuição em transportes (de 0,19% para 0,02%), educação, leitura e recreação (de 0,39% para 0,11%), vestuário (de 0,77% para 0,52%), saúde e cuidados pessoais (de 0,35% para 0,18%) e habitação (de 0,32% para 0,29%).

Para calcular o IPC-C1, a Fundação Getúlio Vargas coleta preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com renda mensal até 2,5 salários mínimos nas seguintes capitais: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte. Fonte: Agência Brasil

Emprego na indústria tem queda de 0,2% em junho

Rio de Janeiro - Após ficar estável por três meses, o emprego industrial caiu 0,2% em junho na comparação com maio.

Estudo divulgado hoje (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que a média do trimestre encerrado em junho ficou negativa em 0,1%. Esse foi o primeiro resultado negativo desde julho de 2009 (-0,1%).

Na comparação com o primeiro trimestre do ano, a taxa de ocupação na indústria repetiu, no segundo trimestre, o resultado do primeiro (0%), após sete trimestres seguidos de taxas positivas, período em que acumulou ganho de 5,7%.

Ainda segundo o IBGE, em junho, o emprego industrial avançou 0,7% ante o mesmo período de 2010 e foi a 17ª taxa positiva consecutiva nessa comparação, embora a menos intensa da sequência.

A taxa de emprego acumulada nos últimos 12 meses continua em alta (3,1%), mas numa trajetória de redução no ritmo de crescimento, iniciada em fevereiro (3,9%).

A redução no ritmo das contratações entre o primeiro (2,6%) e o segundo trimestres de 2011 foi registrada em 14 setores e 12 locais, com destaques para produtos de metal (de 8,2% no 1º tri para 3,4% no 2º tri), têxtil (de 3,2% para -1,4%), calçados e couro (de -0,2% para -3,7%), máquinas e equipamentos (de 6,4% para 3,8%), borracha e plástico (de 3,8% para 0,7%), minerais não metálicos (de 4,1% para 1,9%) e madeira (de -5,6% para -9,9%).

Os locais que mais contribuíram para a queda global foram Santa Catarina (de 2,7% para 0,4%), São Paulo (de 1,4% para -0,9%), regiões Norte e Centro-Oeste (de 4,4% para 2,4%), Espírito Santo (de 1,0% para -1,0%) e Rio de Janeiro (de 3,0% para 1,3%).

A expansão de 0,7% em relação a junho de 2010 mostrou nove dos 14 locais e dez dos 18 setores investigados ampliando as contratações na indústria. São Paulo, com queda de 1,5%, teve a principal pressão negativa no resultado total. As principais

contribuições positivas para o resultado vieram do Paraná (6,4%), Rio Grande do Sul (2,5%), de Minas Gerais (2,1%), da Região Nordeste (1,7%) e das regiões Norte e Centro-Oeste (2,2).

Em junho de 2011, o número de horas pagas aos trabalhadores da indústria caiu 0,6%, após recuo de 0,3% em março, de 0,5% em abril e 0,1% em maio. Na comparação com junho de 2010, o número de horas pagas ficou estável (0%), após 16 taxas positivas consecutivas nesse tipo de comparação. O acumulado no primeiro semestre do ano cresceu 1,6%, desacelerando, porém, o ritmo de crescimento ante os meses anteriores. A taxa acumulada nos últimos 12 meses registrou aumento de 3,1% em junho, mas também vem apontando avanços menos intensos desde fevereiro (4,5%). Fonte: Agência Brasil

Jorge Caetano Fermino